

COP-15 - II

Aliança brasileira para o clima

Carlo Lovatelli*

OS SEGMENTOS que compõem a Associação Brasileira de Agribusiness (Abag) e a Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove) acreditam que o agronegócio brasileiro poderá contribuir significativamente para a redução do aquecimento global. A adoção de tecnologias que levam ao aumento da produção, com redução da pressão para a ampliação da fronteira agrícola, aliadas ao uso de práticas conservacionistas e de manejo responsável - como o plantio direto, integração lavoura-pecuária-floresta e outras - legitimam esta afirmativa. Cabe ressaltar que, para a soja brasileira, o plantio direto representa 72% da área cultivada.

Além disso, ações orientadas à atribuição de valor às florestas, tais como a moratória da soja, em conjunto com uma política de pagamentos por serviços ambientais, constituem parte da solução na obtenção de benefícios significativos para a mitigação das emissões de gases causadores de efeito estufa.

Nesse sentido, a Abag e a Abiove defendem que a redução do desmatamento e de outros serviços ambientais devem ser remunerados, com pagamento direto.

Para tanto, o mecanismo conhecido como Redução de Emissões de Desmatamento e Degradação (Redd) deve ser estruturado de forma a garantir que incentivos financeiros dele resultantes alcancem diretamente os agentes responsáveis pelas reduções, produtores rurais e populações tradicionais.

O grande desafio atual é produzir alimentos, energia e fibras a baixos custos para uma população mundial crescente, e com um nível de eficiência que impacte cada vez menos o meio ambiente. É o

caso, por exemplo, do uso racional de insumos, como fertilizantes, defensivos e sementes. A pesquisa, o desenvolvimento e a inovação trarão as soluções que permitirão aumentar a oferta de bens de consumo, com sustentabilidade, conservando os recursos naturais e a biodiversidade.

Dados recentes da FAO indicam que apenas 30% da superfície do planeta estão cobertos com florestas nativas, boa parte delas em regiões de clima frio, portanto fora das fronteiras agrícolas, tais como as florestas do Canadá e da Rússia. O Brasil ainda mantém grande parte de suas florestas originais e tem o grande desafio de preservar este patrimônio e atender parte significativa das necessidades futuras da humanidade.

A criação de mercados específicos para a remuneração de serviços ambientais, como o de crédito de carbono, e mais recentemente o mecanismo de Redd, indica um reconhecimento da importância da valoração econômica destes serviços.

Cabe ressaltar que os benefícios gerados pelos serviços ambientais são usufruídos por toda a comunidade internacional, mas seus custos recaem apenas sobre os proprietários rurais. Portanto, nada mais justo que os proprietários recebam incentivos financeiros pela sua prestação.

Em síntese, o agronegócio brasileiro considera que:

- os países desenvolvidos têm responsabilidade histórica pela concentração de gases causadores de efeito estufa na atmosfera, e, por isso, devem adotar metas ambiciosas no sentido de reduzi-las;
- as mudanças climáticas constituem um problema global e por isso exi-

gem ações coordenadas e urgentes de todos os países, priorizando tecnologias de mitigação viáveis economicamente e de impacto efetivo no curto prazo;

- é imprescindível a ampliação de novos mecanismos que envolvam os países em desenvolvimento no mercado internacional associado às mitigações das mudanças climáticas.

O Brasil está contribuindo de maneira ímpar para a conservação ambiental, mas ainda não está recebendo o devido reconhecimento, que é seu de fato e de direito. O País tem uma das matrizes energéticas mais limpas do mundo. É líder na tecnologia de biocombustíveis e a maior parte de suas emissões, no que tange às queimadas e aos desmatamentos ilegais, estão dissociadas do desenvolvimento econômico.

Reconhecemos a necessidade de que os países em desenvolvimento assumam responsabilidades para que cresçam, mantendo vigilância sob o potencial aumento de suas emissões, a exemplo da ambiciosa meta brasileira para a redução de 80% do desmatamento do Bioma Amazônia até 2020.

Independente do resultado da COP-15, tendo em vista que a lenta evolução das negociações internacionais, esperamos ter um grande acordo global que possibilitará o desenvolvimento sustentável das nações, lastreado na cooperação internacional para o implantação de uma economia global de baixo carbono, o que será, sem dúvida, a melhor herança que poderemos deixar para as nossas futuras gerações. ■

* Presidente da Abiove e Abag. Discurso apresentado no Espaço Brasil, durante a COP-15